

ATA DO CONSELHO DIRETOR – 25/3/2021

Ao dia 25 de março de 2021, às 14 h, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, teve início a reunião extraordinária do Conselho Diretor do IBC, convocada para deliberar sobre a aprovação da minuta do Estatuto do IBC, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo – presidente; José Tadeu Madeira de Oliveira, diretor do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Jefferson Gomes de Moura, diretor do Departamento Técnico-Especializado; Luigi Amato Bragança Amorim, diretor do Departamento de Educação; Maria Odete Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração; Alessandro da Rosa Carvalho, representante dos técnicos administrativos; Rafael Dutton, representante dos professores. O diretor-geral do IBC e presidente do Conselho abriu a reunião agradecendo a presença de todos e fazendo um breve preâmbulo sobre o motivo da convocação da reunião — a necessidade de aprovação do estatuto do IBC, documento primordial para o processo de transformação do Instituto Benjamin Constant em uma autarquia pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O presidente do Conselho Diretor perguntou se seria necessário fazer a leitura do documento, uma vez que todos já tinham conhecimento do Instituto. Todos responderam que a leitura não seria necessária. Em seguida, o presidente perguntou se alguém gostaria de fazer alguma colocação. Na ausência de manifestações dos demais conselheiros, passou-se à votação do documento, que foi aprovado, com 5 votos a favor e uma abstenção, do conselheiro Rafael Dutton. Ele justificou a abstenção dizendo que não houve tempo hábil de conversar com a categoria sobre o documento. Depois, procedeu-se à votação do organograma do IBC, que também foi aprovado, com a abstenção do conselheiro Rafael, pelo mesmo motivo já expressado anteriormente. O presidente do Conselho reconheceu o tempo exíguo que se teve para elaborar o documento para atender ao cronograma imposto pelo próprio MEC e ressaltou que o documento é uma minuta, passível de alteração pelo Ministério e até negociado com a Instituição. Apesar disso, João Ricardo reconheceu a representatividade da Comissão encarregada de elaboração

do documento, formada por representantes de todos os departamentos e do gabinete da Direção-Geral. Comissão essa que encaminhou os trabalhos da forma mais democrática possível, apesar do problema apontado pelo conselheiro Rafael. Durante a fala do presidente do Conselho, as conselheiras Maria Odete dos Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração, e Patrícia Villares, representante dos responsáveis entraram na sala virtual. Apesar de não terem participado do pleito, elas fizeram questão de se registrar a opinião delas — ambas favoráveis ao documento. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h20 e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Maria Odete Santos Duarte

Luigi Amato Bragança Amorim

Elise de Melo Borba Ferreira

José Tadeu Madeira de Oliveira

Jefferson Gomes de Moura

Alessandro da Rosa Carvalho

Rafael Dutton

Patrícia Villares